

A **FUNDAÇÃO RENOVA**, entidade privada sem fins lucrativos, com sede na avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, bairro Funcionários, Belo Horizonte, Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, doravante denominada apenas **RENOVA**, neste ato representada na forma dos seus atos constitutivos;

O(A) **XXXXXX**, com sede na XXXXXX, bairro XXXXXX, Cidade XXXXXX, Estado XXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXX, doravante denominado(a) **PARCEIRO(A)**, neste ato representado na forma dos seus atos constitutivos;

Individualmente considerado Parte ou Partícipe e, conjuntamente considerados Partes ou Partícipes.

Considerando que:

- a) A RENOVA é fundação privada instituída na forma do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta ("TTAC") firmado em 02/03/2016, entre os poderes públicos, órgãos e entidades ambientais da União, dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, a Samarco Mineração S.A., a Vale S.A. e a BHP Billiton Brasil Ltda. em decorrência do rompimento da barragem de Fundão e seus impactos;
- b) A RENOVA é responsável por elaborar e executar todas as medidas previstas nos programas socioambientais e socioeconômicos vinculados à recuperação, mitigação, remediação e reparação dos impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, cujos programas estão descritos no TTAC;
- a) A RENOVA objetiva o cumprimento da Cláusula 172 do TTAC por meio da celebração deste TERMO;
- b) O(A) PARCEIRO(A) tem como objetivo a execução do Projeto de Formação de Lideranças Jovens.
- c) Os partícipes têm interesses convergentes no cumprimento do objeto deste instrumento;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE PARCERIA (TERMO) na forma da legislação vigente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O presente TERMO tem por objeto a implementação do Projeto de Formação de Lideranças Jovens. A Fundação Renova, considera que o público jovem poderá

exercer um papel estratégico no que se propõe do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce, a partir de um processo formativo com o desenvolvimento de pensamentos reflexivos e críticos sobre as realidades socioambientais que estão inseridos, em cumprimento a cláusula 172 do TTAC: a FUNDAÇÃO deverá implantar medidas de educação ambiental, em parceria com as Prefeituras dos municípios localizados na ÁREA AMBIENTAL 1, em conformidade com a Lei Federal nº 9.795/1999 e seu decreto regulamentador nº 4.281/2002.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO – OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

Os objetivos específicos deste TERMOS são:

- a) Mobilizar e engajar jovens na revitalização do Rio Doce;
- b) Elaborar projetos a partir da escuta dos jovens que retratem a necessidade e realidade do território em que vivem, a partir de suas percepções;
- c) Proporcionar e aumentar a participação dos jovens nos processos territoriais em curso (conduzidos ou não pela Fundação Renova);
- d) Contribuir para o fortalecimento de uma rede de atores e ações que trabalham com o protagonismo juvenil; e
- e) Fomentar práticas de educação em rede para a revitalização da bacia do Rio Doce.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO – ÁREA DE ABRANGÊNCIA:**

As atividades serão realizadas nos municípios de XXXXX.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTOS CONTRATUAIS**

2.1. Os documentos abaixo identificados, doravante denominados anexos, integram o presente TERMO, em tudo aquilo que não o contrariar, de forma a se complementarem mutuamente, e cujos conteúdos também se obrigam as PARTES:

Anexo I – Quadro de Quantidades e Preços.

Anexo II– Plano de Trabalho.

Anexo III – Anexos Contratuais Gerais:

Documento 1 - Código de Conduta;

Documento 2 - Termo de Confidencialidade;

Documento 3 - Relatório de Acompanhamento Processual;

Documento 4 - Relatório de Esclarecimentos Sobre Investigação.

Anexo IV – Relatório de Evidências.

2.2. O(A) PARCEIRO(A) deverá rubricar este instrumento e todos os seus Anexos, à exceção dos documentos que compõem os Anexos III e IV, que ficam dispensados de rubrica. O(A) PARCEIRO(A) declara que já os recebeu, que tem ciência de seu conteúdo e que concorda com os termos neles contidos, comprometendo-se a cumpri-los na sua integralidade.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES**

3.1. Constituem obrigações conjuntas dos partícipes:

- a) Realizar reuniões periódicas de trabalho para implementar as diretrizes e ações necessárias à execução do presente TERMO;
- b) Avaliar periodicamente a execução de todas as atividades referentes às ações objeto deste TERMO garantindo o alcance das metas definidas neste instrumento e nos seus anexos;
- c) Manter a supervisão sobre o desempenho de seus respectivos empregados/servidores/prestadores de serviços que estiverem direta ou indiretamente ligados à execução do presente TERMO.

3.1.1. Fica desde logo acordado que cada parte será responsável por suas ações e omissões enquanto agirem para a execução do objeto deste TERMO.

3.2. Constituem obrigações da RENOVA:

- a) Realizar os repasses financeiros necessários ao cumprimento do objeto deste instrumento, de acordo com o Plano de Trabalho anexo a este TERMO e com a cláusula relativa aos recursos financeiros e à prestação de contas;
- b) Promover treinamento de *compliance* (anticorrupção) aos profissionais do(a) PARCEIRO(A) envolvidos nas atividades desse TERMO;
- c) Participar de reuniões, visando a dirimir dúvidas técnicas pertinentes ao andamento da parceria;
- d) Analisar, aprovar ou reprovar por meio de parecer, os relatórios técnicos referentes às atividades executadas com base neste instrumento e nos seus anexos;
- e) Analisar, aprovar ou reprovar as prestações de contas apresentadas pelo(a) PARCEIRO(A);

- f) Fiscalizar o presente TERMO, a fim de aprovar os resultados das ações e das atividades promovidas;
- g) Estabelecer as diretrizes e as ações as serem implementadas com base neste TERMO.

### 3.3. Constituem obrigações do(a) PARCEIRO(A):

- a) planejar e executar as atividades estabelecidas neste TERMO e nos seus anexos, acompanhando seus resultados e fazendo a gestão das atividades, sempre no intuito de assegurar o cumprimento dos objetivos e das metas estabelecidas neste instrumento e nos seus anexos;
- b) disponibilizar equipe qualificada, com domínio e experiência prática sobre a matéria tratada neste TERMO;
- c) submeter para aprovação da RENOVA, previamente à mobilização, os currículos dos profissionais selecionados para execução das atividades objeto desta parceria;
- d) responsabilizar-se pelos recursos humanos com os quais mantenha vínculo empregatício, seja aqueles contratados especialmente para esta parceria ou cujo tempo parcialmente estará comprometido com a execução ou gestão deste TERMO;
- e) manter todos os seus empregados e prestadores de serviços devidamente formalizados conforme estabelece a legislação em vigor, obrigando-se, ainda, a manter em dia todas as obrigações legais pertinentes às atividades desenvolvidas por seus empregados e prestadores de serviços, especialmente de natureza trabalhista e previdenciária.
- f) pagar os bens adquiridos e os serviços que contratar diretamente, para as atividades sob sua execução, conforme o Plano de Trabalho;
- g) realizar as atividades de Mobilização, Encerramento e Desmobilização;
- h) garantir a correta execução das atividades previstas no Plano de Trabalho, bem como a correta aplicação dos recursos financeiros, obedecendo o estabelecido neste instrumento e nos seus anexos;
- i) submeter para acompanhamento e aprovação da RENOVA, o planejamento físico da execução das atividades objeto desta parceria enviando

para a RENOVA, mensalmente, Relatórios de Acompanhamento das Ações Desenvolvidas, relatórios técnicos referentes às atividades sob sua responsabilidade;

j) ao final da realização física e financeira desta parceria, observado o prazo de execução estabelecido, apresentar à RENOVA e a qualquer stakeholder ou instância necessários, relatório final, comprovando a efetiva realização das atividades constantes do Plano de Trabalho, bem como a correta aplicação dos recursos e os resultados alcançados nesta parceria;

k) prestar contas dos recursos recebidos de acordo com a cláusula relativa aos recursos financeiros e a prestação de contas;

l) efetuar o cálculo, a retenção e o recolhimento de tributos, contribuições sociais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de eventuais acidentes de trabalho, incidentes nas contratações de serviços e nas aquisições de bens das atividades sob sua execução, conforme os Planos de Trabalho;

m) responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações legais aplicáveis, assegurando a conformidade socioambiental relacionada às atividades;

n) assegurar altos níveis éticos, socioambientais, de integridade, de *compliance*, de transparência e boa conduta, cumprindo a legislação anticorrupção e os códigos de conduta aplicáveis.

#### **CLÁUSULA QUARTA – GESTÃO DO TERMO DE PARCERIA E COMITÊ GESTOR**

4.1. As PARTES credenciarão por escrito o seu representante que atuará como Gestor da Parceria. Havendo alteração dos Gestores nomeados, a PARTE deverá comunicar a alteração à outra PARTE por escrito, sob pena de serem consideradas válidas todas as comunicações dirigidas aos gestores inicialmente indicados e não válidas as dirigidas a pessoas distintas daquelas formalmente indicadas, assim como todas as ações por eles empregadas.

4.2. O Comitê Gestor, que será formado por 1 (um) representante de cada uma das entidades partícipes deste TERMO, terá atribuição de monitorar e avaliar as atividades executadas no âmbito do TERMO, com o objetivo de acompanhar a execução do Plano de Trabalho e promover os ajustes técnicos e estratégicos necessários à plena realização das metas e dos objetivos desta parceria.

4.4. Caso qualquer das Partes verifique a inviabilidade técnica ou financeira durante a execução de alguma ação com base neste instrumento, deverá comunicar tal fato ao Comitê Gestor, que poderá recomendar o encerramento ou a

suspensão da ação e/ou do instrumento jurídico, ficando resguardadas as atividades já executadas.

4.5. Quaisquer decisões relacionadas ao TERMO, deverão ser realizadas somente com a participação da RENOVA, competindo a esta o poder de veto.

#### **CLÁUSULA QUINTA – ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE TRABALHO**

5.1. A execução do plano de trabalho será objeto de permanente acompanhamento, devendo o(a) PARCEIRO(A) disponibilizar as informações necessárias para permitir à RENOVA a verificação do emprego dos recursos financeiros, inclusive mediante vistoria da execução dos trabalhos e acesso aos livros de escrituração, documentos e arquivos, podendo a RENOVA, a seu critério, valer-se de outras instituições ou consultores especializados para o acompanhamento técnico da parceria.

5.2. O(A) PARCEIRO deverá apresentar à RENOVA, na periodicidade mensal, sob pena de suspensão do repasse de recursos, relatórios parciais de execução física, comprovando a efetiva realização das atividades previstas no plano de trabalho em modelo específico a ser fornecido pela RENOVA.

5.2.1. Os relatórios deverão conter minimamente:

- Objeto da parceria;
- Avanço do cumprimento de cada objetivo/atividade planejada;
- Quadro de metas planejado x quadro de metas atingido;
- Quadro de profissionais contratados, indicando nome completo, CPF, profissão, cargo, atividade desenvolvida no âmbito da parceria;
- Cronograma planejado x cronograma realizado;
- Registros fotograficos.

#### **CLÁUSULA SEXTA – RECURSOS FINANCEIROS E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

6.1. O objeto do presente TERMO será executado com recursos privados alocados pela RENOVA em favor do(a) PARCEIRO(A), no montante de R\$ X.XXX.XXX,XX dos quais serão desembolsados da seguinte forma:

<b>Parcela</b>	<b>Valor</b>	<b>Previsão de Pagamento</b>	<b>Etapas/Evidências</b>
1			
2			
3			
4			
5			
6			

7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			

6.2. O pagamento das parcelas descritas acima ficará condicionado ao cumprimento dos seguintes itens:

- a) a liberação da primeira, acontecerá mediante a realização da reunião de inicial – *kick-off*;
- b) para liberação da segunda parcela de adiantamento, o PARCEIRO deverá comprovar a correta utilização de, no mínimo, 80% dos recursos anteriormente adiantados;
- c) para liberação da terceira parcela de adiantamento, o PARCEIRO deverá comprovar a correta utilização do restante da primeira e, no mínimo, 80% dos recursos adiantados na segunda, bem como dos recursos referentes à contrapartida, se for o caso;
- d) para liberação das demais, a sistemática será semelhante à prevista para liberação da terceira parcela;
- e) a comprovação do restante da penúltima e da última parcela que não atingirem 100% dos recursos financeiros adiantados implicará na devolução do valor não utilizado à conta da RENOVA.

6.3. O depósito das parcelas acima será efetuado pela RENOVA em conta específica e exclusiva para o projeto a ser aberta pelo(a) PARCEIRO(A), que deverá ser informada ao Gestor da RENOVA, imediatamente após assinatura do presente TERMO.

6.4. O comprovante de depósito valerá como comprovante do repasse dos recursos e quitação.

- a) No caso de mudança de estabelecimento bancário ou número da conta corrente, o(a) PARCEIRO(A) deverá comunicar ao Gestor do TERMO, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o novo estabelecimento ou a nova conta, sob pena de o depósito ser efetuado na conta anteriormente indicada.
- b) A conta bancária acima prevista somente poderá ser movimentada por meio de cheque nominativo, ordem bancária, transferência eletrônica ou outra modalidade de saque na qual seja possível a identificação do beneficiário, sempre de acordo com o plano de trabalho anexo a este instrumento.

c) Os recursos financeiros deverão ser aplicados em poupança ou no mercado financeiro, obrigatoriamente, em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou em operação de mercado aberto, lastreada em título da dívida pública federal.

d) A utilização dos rendimentos obtidos em função das aplicações financeiras em item previamente aprovada no orçamento ou em outras atividades não previstas no plano de trabalho está sujeita à prévia aprovação por parte da RENOVA.

6.5. A comprovação da execução das parcelas mencionadas acima deverá ser acompanhada dos relatórios mensais de atividades e da prestação de contas financeira.

6.6. Fica acordado entre as Partes que todo e qualquer repasse financeiro somente ocorrerá após a aprovação da prestação de contas pela RENOVA.

6.7. O(A) PARCEIRO(A) deverá prestar contas da sua boa e regular aplicação, observando-se, especialmente e não se limitando, ao seguinte:

- a) O prazo para apresentação das prestações de contas será de até 60 (sessenta) dias após o recebimento do repasse financeiro; e
- b) A prestação de contas será composta de, mas não se limitando a:

- I. O atendimento das questões jurídicas e anticorrupção;
- II. Relação das atividades realizadas no período em conformidade com o pactuado entre as partes a ser comprovado por meio de envio periódico de relatório analítico de atividades acompanhado de fotos, vídeos, mapas, depoimento dos beneficiários e/ou outros componentes a depender das necessidades/especificidades técnicas;
- III. Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
- IV. Utilização do recurso financeiro conforme pactuado entre as partes, a ser comprovado por meio de planilha de alocação de recursos;
- V. Atendimento ao cronograma estabelecido;
- VI. Extrato da conta bancária;
- VII. Demonstrativo do rendimento das aplicações;
- VIII. Relação de Pagamentos;
- IX. Planilha de Execução Financeira;
- X. Relação de Receitas e Despesas;
- XI. Documentos comprobatórios de todas as despesas como recibos, notas fiscais, cupom fiscal, entre outros. Cuidando dos seguintes aspectos: data do documento, compatibilidade entre o emissor do documento e a



descrição da despesa, valor, aposição de dados da instituição parceira como receptora do serviço ou produto.

6.8. A prestação de contas será suscetível de análise de auditoria externa encomendada pela RENOVA que se atentará para identificação de discrepâncias, erros e omissões. O(A) PARCEIRO(A) se compromete a oferecer cooperação em relação às solicitações desta natureza.

6.9. Em caso de não comprovação ou não aprovação da prestação de contas pela RENOVA, o(a) PARCEIRO(A) será responsável por todos prejuízos decorrentes, devendo ser restituído à RENOVA o saldo remanescente apurado.

6.10. Ao final da parceria, a utilização de todos os recursos repassados deverá ser comprovada e o saldo contratual que porventura existir deverá ser devolvido à RENOVA.

6.11. A RENOVA poderá glosar valores em decorrência de inconsistências verificadas por ocasião da análise da prestação de contas. O valor glosado será deduzido da próxima parcela ou solicitada sua devolução no caso de inexistir outras parcelas a serem pagas.

6.12. Em nenhuma hipótese haverá repasse financeiro da RENOVA a entidades ou pessoas físicas ou jurídicas que não concordem com os termos do Manual de Conduta e anticorrupção da RENOVA ou que não preencham os requisitos exigidos pela equipe de Compliance da RENOVA.

6.13. Fica vedada a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste TERMO.

6.14. O(A) PARCEIRO(A) deverá emitir nota fiscal de prestação de serviço relativa à taxa de administração que for cobrada com base nesta parceria, cujo valor será de R\$ XXX.XXX,XX.

6.15. Em casos específicos em que o recurso não seja utilizado no período previsto e haja necessidade de postergar seu uso, o **PARCEIRO** deverá justificar tecnicamente no relatório de prestação de contas, para posterior execução e comprovação na prestação de contas subsequente. A justificativa juntamente com o cronograma físico financeiro revisado deverá ser apresentada e aprovada pelo GESTOR da RENOVA e pela área administrativa da RENOVA.

6.16. Fica acordado entre as Partes que qualquer inclusão de novos itens, alteração no escopo, ampliação do prazo ou aumento do valor deste TERMO DE PARCERIA somente será possível mediante Termo Aditivo.

6.17. Serão consideradas despesas de viagem, os gastos realizados quando da execução do presente TERMO DE PARCERIA em outras localidades. Esses gastos só serão aceitos mediante a apresentação dos respectivos comprovantes das despesas.

- a) Serão consideradas despesas de viagem: gastos com transporte aéreo, locação de veículos, passagens de ônibus ou táxi, alimentação (jantar) e hospedagem para execução dos serviços pelo(a) PARCEIRO(A) fora da localidade base de atuação.
- b) O(a) PARCEIRO(A) deverá considerar os seguintes valores máximos:

LIMITES DE VIAGENS			
ITEM	CAPITAIS	INTERIOR	
Hospedagem	350,00	220,00	*Para o almoço deve ser utilizado (se houver) o benefício de refeição fornecido pelo parceiro. **É disponibilizado o valor de R\$ 40,00/dia para despesas como lavanderia e água
Almoço *	30,00	30,00	
Jantar/Lanche	50,00	50,00	
Despesa Extra**	40,00	40,00	
Passagem Aérea	1.000,00	1.000,00	

### CLÁUSULA SÉTIMA – DESMOBILIZAÇÃO

7.1. A fase de desmobilização da parceria corresponde ao período destinado a atividades necessárias à conclusão da parceria, conforme recursos alocados no Cronograma Físico Detalhado, entre elas:

- a) elaboração e apresentação de relatórios técnicos finais;
- b) elaboração e apresentação de relatórios financeiros de prestação de contas;
- c) auditorias financeiras e avaliação técnica;
- d) desmobilização de pessoal e demais obrigações contratadas pelo(a) PARCEIRO(A) para execução da parceria;
- e) outras atividades de encerramento da gestão da parceria previamente acordadas entre as Partes;
- f) devolução do saldo em conta em até 30 dias após encerramento das atividades e desmobilização;
- g) apresentação de todos os documentos que comprovem a quitação dos recursos aplicados.

7.2. A destinação dos equipamentos adquiridos por meio desta PARCERIA será definida pelas partes um mês antes do encerramento deste TERMO.

#### **CLÁUSULA OITVA – VIGÊNCIA E ENCERRAMENTO**

8.1. A vigência do presente instrumento será de 26 meses contados a partir da data de sua assinatura.

8.2. Este TERMO poderá ser encerrado a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, sem ônus nem penalidades, desde que haja comunicação prévia e expressa com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da data pretendida para seu término, respeitados, porém, os compromissos assumidos dentro do escopo deste instrumento.

8.3. Em caso de encerramento do presente TERMO, as atividades em curso não serão prejudicadas, devendo ser concluídas até a data do término deste instrumento.

8.4. Além das hipóteses previstas acima, o TERMO será encerrado na (i) data nele prevista, ou (ii) após a consecução do seu objeto.

8.5. Qualquer das PARTES poderá rescindir o presente TERMO, mediante simples aviso escrito à outra PARTE, sem necessidade de procedimento judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) Ocorrendo caso fortuito ou de força maior, cujos efeitos persistirem por mais de 90 (noventa) dias corridos.
- b) Uma das Partes entrar em estado de insolvência, liquidação judicial ou extrajudicial, ou tiver contra si apresentado pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou tiver sua falência decretada.
- c) Uma das Partes incorrer em descumprimento de qualquer cláusula deste instrumento ou de quaisquer obrigações contidas em seus anexos, ocasião que a Parte Infratora pagará à Parte Inocente todas as perdas e danos que forem apurados.

8.6. Este TERMO poderá ser encerrado imediatamente nas seguintes hipóteses:

- a) Caso seja constatado, a exclusivo critério da RENOVA, uso indevido dos repasses financeiros, devendo o(a) PARCEIRO(A) pagar por todos os prejuízos decorrentes.

- b) Caso seja constatado, a exclusivo critério da RENOVA, o descumprimento do objeto deste TERMO ou de qualquer cláusula ou condições previstas nos seus anexos.
- c) Se o(a) PARCEIRO(A) violar os termos estabelecidos na cláusula COMPLIANCE, em especial nos casos da ocorrência de: (i) fraudes durante a execução das atividades objeto desta parceria; (ii) fraudes em reembolso de despesas; (iii) fraudes em contratação de fornecedores e/ou subcontratações; e (iv) superfaturamento e/ou sobrepreço;
- d) Se o(a) PARCEIRO(A) violar as regras e as orientações contidas no Código de Conduta da RENOVA ou tolerar atitudes e comportamentos de seus acionistas, quotistas ou empresas que façam parte do mesmo grupo, de seus prepostos, empregados, subcontratados ou quaisquer outras pessoas que estejam sob sua responsabilidade direta ou indireta, que de alguma forma conflitam com os padrões éticos e legais esperados pela RENOVA.

8.7. Em qualquer hipótese de encerramento deste instrumento, eventual saldo remanescente e/ou os rendimentos de aplicação serão devolvidos à RENOVA.

## **CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES**

9.1. O TERMO e seus Anexos somente poderão ser alterados mediante a celebração de Termo Aditivo Contratual, elaborado pela RENOVA e assinado pelas Partes, inclusive nas hipóteses abaixo descritas:

- a) Poderão ser realizadas alterações no Plano de Trabalho (valor, prazo, inclusão de novos itens), que deverão ser submetidas formalmente à apreciação da RENOVA. Nesta hipótese, o(a) PARCEIRO(A) deverá entregar um ofício ao comitê gestor, que analisará alterações, repassando a decisão para a RENOVA.
- b) Para utilização dos rendimentos que porventura forem obtidos por meio de aplicação financeira.

9.2. O(A) PARCEIRO(A) poderá efetuar ajustes no Cronograma Físico Detalhado, alterando tarefas entre os pacotes de atividades ou remanejando os custos previstos de uma categoria orçamentária para outra, desde que tais alterações não impliquem na modificação do objeto ajustado e sejam, posteriormente, consubstanciados em justificativas nos relatórios técnico-financeiros. Quaisquer

remanejamentos de valores deverão ser submetidos à aprovação prévia do Comitê Gestor e autorizados pela RENOVA.

9.3. Todas as alterações e os remanejamentos não poderão, em hipótese alguma, comprometer o cumprimento do objetivo, das metas ou das atividades previstas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – CONFIDENCIALIDADE**

10.1 Toda e qualquer informação pertinente ao objeto deste TERMO, fornecida de uma parte à outra, será considerada como confidencial.

10.2. As partes obrigam-se a adotar todas as medidas necessárias à proteção das informações confidenciais, bem como a evitar a divulgação não autorizada destas, exceto se requisitadas por órgãos competentes, ordens judiciais ou conforme lei aplicável.

10.3. Quaisquer divulgações, promoção ou publicidade relativas ao objeto deste TERMO deverão ser autorizadas previamente pelos partícipes, por escrito, e observará o disposto no Art. 37, §1º da Constituição da República, no Art. 73, VI, b da Lei 9.504/97 e nas demais normas aplicáveis à espécie, quando promovidas pelos órgãos e entidades dos poderes públicos.

10.4. Para efeito de divulgação e realização de ações promocionais, por ocasião desta aliança e/ou suas atividades, utilizar-se-ão, obrigatoriamente, as siglas oficiais e respectivas marcas dos signatários deste instrumento. Tal utilização deverá ser feita seguindo as orientações e especificações do partícipe detentor da sigla oficial ou da marca.

#### **CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – VÍNCULO EMPREGATÍCIO**

11.1. As pessoas que participarem da execução das atividades inerentes ao presente instrumento não sofrerão qualquer alteração nas suas vinculações trabalhistas com a entidade de origem.

11.2. As partes assumem todas as responsabilidades referentes a seus funcionários, eximindo a outra de toda e qualquer responsabilidade civil, trabalhista e previdenciária, não havendo solidariedade entre as Partes em nenhuma obrigação decorrente deste TERMO.

11.3. O(A) PARCEIRO(A) declara estar ciente de sua condição jurídica de fonte pagadora dos bens adquiridos e dos serviços contratados com amparo nesta parceria.

11.4. É responsabilidade exclusiva do(a) PARCEIRO(A) efetuar o cálculo, a retenção e o recolhimento de tributos e contribuições sociais e previdenciárias –

inclusive as decorrentes de eventuais acidentes de trabalho – incidentes nas contratações de serviços e nas aquisições de bens necessários à execução do plano de trabalho.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PROPRIEDADE INTELECTUAL**

12.1. Todas as invenções ou melhorias obtidas através das atividades relacionadas ao presente TERMO, que vierem a ocorrer durante a sua vigência ou no prazo de um ano após o seu término, pertencerão conjuntamente às Partes.

12.2. Quando a invenção ou melhoria resultar de contribuição específica de somente uma Parte, desde que, para tanto, sejam utilizados seus próprios recursos, dados, meios, materiais, instalações ou equipamentos, a propriedade dessa invenção ou melhoria pertencerá exclusivamente a esta Parte.

12.3. Em qualquer das hipóteses previstas nos itens acima, a divulgação das invenções ou melhorias obtidas através das atividades relacionadas ao presente TERMO ocorrerá mediante prévia autorização de todas as Partes.

12.4. Eventuais custos, lucros, vantagens ou benefícios que forem obtidos com a divulgação ou comercialização das invenções ou melhorias geradas através das atividades relacionadas ao presente TERMO deverão ser objeto de discussão e acordo entre as Partes, para se apurar a quem serão devidos.

12.5. As PARTES podem ceder, sem qualquer ônus ou cobrança, para suas instituidoras, mantenedoras ou membros de sua estrutura a invenção, melhoria, processo produtivo ou inovação que forem gerados no âmbito deste TERMO DE PARCERIA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO E COMPLIANCE**

13.1. A CONTRATADA e a CONTRATANTE cumprirão com a legislação anticorrupção aplicável.

13.2. A CONTRATADA declara e garante que seus sócios, administradores, diretores ou gerentes, bem como seus empregados que atuam nos negócios ou serviços que envolvam direta ou indiretamente a CONTRATANTE ou seus mantenedores, não violaram a legislação anticorrupção aplicável, e na execução deste CONTRATO:

13.2.1. Concorde que será responsável perante a CONTRATANTE por qualquer violação à legislação anticorrupção aplicável que venha a ser cometida por seus

sócios, administradores, diretores, gerentes ou empregados com relação a atividades direta ou diretamente relacionadas à CONTRATANTE.

13.2.2. Não prometeram, ofereceram, deram e que não prometerão, oferecerão ou darão, direta ou indiretamente, vantagem indevida a funcionário público ou da iniciativa privada, ou a terceira pessoa física ou jurídica a ele relacionada nos negócios ou serviços que envolvam direta ou indiretamente a CONTRATANTE.

13.2.3. Não prometeram, ofereceram, deram e que não prometerão, oferecerão ou darão, direta ou indiretamente, vantagem indevida a colaborador da CONTRATANTE, ou a terceira pessoa física ou jurídica a ela relacionada.

13.2.4. Não exercerá influência indevida, perante a administração pública, valendo-se de funcionários ou ex-funcionários públicos, bem como de seus cônjuges, companheiro ou parente, por consanguinidade ou afinidade.

13.2.5. Observará as condições e limites previstos na legislação aplicável sobre conflito de interesses na participação de funcionários públicos ou ex-funcionários na CONTRATADA (incluindo na qualidade de sócios, administradores ou diretores).

13.3. A CONTRATADA concorda em documentar de forma precisa e detalhada em seus livros e registros, bem como nos documentos fornecidos à CONTRATANTE, todas as transações relacionadas, direta ou indiretamente, ao presente CONTRATO e a qualquer outro CONTRATO entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA. Tais registros deverão ser mantidos de maneira organizada pela CONTRATADA durante a vigência do CONTRATO, e por um período adicional de 5 (cinco) anos após o seu término.

13.4. Durante o prazo do presente CONTRATO e por 5 (cinco) anos após o seu término, mediante comunicado por escrito com 15 (quinze) dias de antecedência, a CONTRATADA concorda em permitir que a CONTRATANTE, ou terceiros por ela autorizados, tenham acesso a todos os livros, registros, documentos e informações considerados necessários pela CONTRATANTE, podendo obter cópias, a fim de verificar a conformidade da CONTRATADA com este CONTRATO. A CONTRATANTE envidará seus melhores esforços para garantir que qualquer auditoria não interfira desarrazoadamente nas atividades normais da CONTRATADA. A CONTRATADA concorda em cooperar integralmente com a auditoria da CONTRATANTE, permitindo também que seus funcionários sejam entrevistados.

13.5. Sem prejuízo da auditoria descrita no item "32.4" acima, será facultado ainda à CONTRATANTE a realização de due diligence reputacional da CONTRATADA e / ou dos seus sócios, administradores, diretores, gerentes ou empregados de modo que



o eventual indício de atos praticados em desatendimento à legislação vigente anticorrupção, que possa comprometer a imagem da CONTRATANTE, obrigará a CONTRATADA a entregar, mediante solicitação por escrito da CONTRATANTE, no prazo de <10 dias>, eventuais esclarecimentos relacionados ao eventos identificados.

13.5.1. Caso a CONTRATANTE considere como não satisfatórios os esclarecimentos prestados pela CONTRATADA em relação às alegações encontradas em due diligence reputacional prevista no Item “32.5”, fica facultado à CONTRATANTE a possibilidade de rescisão contratual imediata, mediante notificação.

13.6. Todas as subcontractações almejadas pela CONTRATADA deverão ser comunicadas à CONTRATANTE para prévia anuência, quando poderão ser submetidas a realização de due diligence reputacional. Na eventualidade de não aprovação do subcontratado em razão de análise de due diligence, o CONTRATADO se compromete a indicar novo fornecedor. Tal indicação deverá passar por uma nova avaliação de risco que seguirá mesmo trâmite de avaliação anterior.

13.7. A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE imediatamente, através de envio de e-mail ao Gestor do CONTRATO, e em nenhuma hipótese em mais de 15 (quinze) dias após tomar conhecimento, dos seguintes eventos:

13.7.1. Qualquer violação real ou iminente da legislação anticorrupção aplicável.

13.7.2. Existência ou possibilidade, seja no Brasil ou no exterior, de qualquer investigação, processo administrativo ou judicial que esteja relacionado, direta ou indiretamente, às atividades da CONTRATADA (ou de qualquer um de seus sócios, administradores, diretores, gerentes ou empregados envolvidos nas atividades deste CONTRATO) que apure ou que inclua quaisquer alegações de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro ou violações da legislação anticorrupção aplicável.

13.7.3. Mediante solicitação da CONTRATANTE, a CONTRATADA concorda em tomar todas as medidas necessárias para permitir que a CONTRATANTE tenha acesso a informações sobre tais eventos.

13.8. Caso seja constatado qualquer investigação, processo administrativo ou judicial que esteja relacionado, direta ou indiretamente, às atividades da CONTRATADA (ou de qualquer um dos seus sócios, administradores, diretores, gerentes ou empregados envolvidos nas atividades deste CONTRATO) nos termos do Item 32.6.2 acima, a CONTRATADA se compromete a entregar mensalmente para a CONTRATANTE Relatório de Acompanhamento Processual (ANEXO XII) em



caso de existência de processo administrativo ou judicial, e Relatório de Esclarecimentos Sobre Investigação (ANEXO XIII) em caso de existência de investigação

13.8.1. O Relatório de Acompanhamento Processual e / ou Relatório de Esclarecimentos Sobre Investigação deve ser encaminhado por e-mail para o gestor do contrato a cada 3(três) meses.

13.8.2. Em conjunto com o Relatório de Acompanhamento Processual, a CONTRATADA se compromete a encaminhar, em anexo, captura de tela ("print screen") do andamento processual em que conste a data da captura de tela, o número do processo e os últimos andamentos processuais.

13.8.3. Sem prejuízo dos relatórios mensais identificados no Item 32.7, fica facultado à CONTRATANTE solicitar esclarecimentos adicionais referentes aos processos judiciais ou administrativos, quando considerar necessário.

13.9. A CONTRATADA se compromete ainda, no desempenho de qualquer ação ou negócio que envolva interesses da CONTRATANTE, a cumprir, no que seja aplicável, as condições e regras previstas no (i) Código de Conduta e nas Políticas (ii) de Prevenção à Corrupção e Fraudes e (iii) para Oferta e Recebimento de Brindes, Presentes e Hospitalidades da CONTRATANTE. Ao aceitar este instrumento, a CONTRATADA confirma a ciência do código e das políticas referidas, os quais estão descritos no site [www.fundacaorenova.org](http://www.fundacaorenova.org). Qualquer violação das disposições desta cláusula pela CONTRATADA autorizará a CONTRATANTE, a seu exclusivo critério, a rescindir o presente instrumento imediatamente mediante notificação por escrito e sem qualquer obrigação da CONTRATANTE de pagar indenização ou danos à CONTRATADA. A CONTRATADA deverá, ainda, indenizar e isentar a CONTRATANTE de quaisquer prejuízos ou danos incorridos pela CONTRATANTE como resultado da violação dos termos desta cláusula.

13.10. A CONTRATADA se compromete a implementar ou reforçar o programa de integridade com base na Lei federal nº 12.846/13 e Decreto federal nº 8.420/15, assim como os referenciais gratuitos elaborados pela CGU – Controladoria Geral da União, devendo encaminhar relatório semestral de acompanhamento e execução das atividades aqui descritas.

13.11. A CONTRATADA se compromete a promover treinamento em compliance, anticorrupção e antifraude, garantindo que todos os níveis dos seus profissionais estejam engajados no objeto deste CONTRATO, compreendendo a importância da integridade para o sucesso da Empreitada, prevenindo desvios, corrupção e fraudes logo no início das atividades contratadas.

13.12. A CONTRATADA não está autorizada a atuar em nome da CONTRATANTE em qualquer situação. Na hipótese de que a CONTRATADA deva obter alvarás, autorizações e licenças, assim como outros documentos emitidos pelo Poder Público, em nome da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá obter autorização expressa da CONTRATANTE para fazê-lo.

13.12.1. Todas as interações relacionadas acima deverão ser acompanhadas por ao menos 1 (um) colaborador apontado pela CONTRATANTE e CONTRATADA, que deverá empreender ao registro das interações no sistema interno da CONTRATANTE.

13.13. A CONTRATADA se compromete a divulgar amplamente, para todos os stakeholders dos projetos de construção, o canal de denúncias da CONTRATANTE, requerendo que seus colaboradores e subcontratados informem qualquer indício da ocorrência de desvio, fraude ou ato ilícito.

13.14. A CONTRATADA se compromete a imediatamente informar a CONTRATANTE da realização de quaisquer fiscalizações realizadas por agentes públicos nos canteiros de obras utilizados para a execução do presente contrato, para que 1 (um) colaborador apontado pela CONTRATANTE possa acompanhar as atividades realizadas e interações com os agentes públicos responsáveis por empreender a fiscalização.

13.14.1. Na impossibilidade de que um dos colaboradores da CONTRATANTE acompanhe as atividades mencionadas no item 32.14 acima, dois colaboradores da CONTRATADA deverão acompanhar a fiscalização e enviar relatório escrito descrevendo as interações com os agentes públicos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO**

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Belo Horizonte/MG, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste TERMO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordados, assinam as partes o presente TERMO, em (02) duas vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam.

XXXXXX, XX de XXXX de 20XX.

---

**NOME DO PARCEIRO(A)**

**Testemunhas:**

1) \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF/MF nº

2) \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF/MF nº